



Ministério da Educação e Cultura  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

PEÇA 29 Fl. 60

Ata Nº 40

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e oito, no edifício sede da Reitoria da Fundação Universidade do Rio Grande, sito à rua Luiz Lorêa, 261, reuniu-se o Conselho Universitário, sob a Presidência do Prof. Fernando Lopes Pedone - Magnífico Reitor da FURG, contando com a presença dos seguintes conselheiros Paulo Sérgio Gonçalves, Alberto José Meirelles Leite, Vidal Áureo Mendonça, Henrique da Costa Bernardelli, Nilza Rita Lourenço da Fontoura, Marília Rache Faral, Antonio Renato Vidal Ladeira, Alfredo Braga Weber, Jaime Cuartas Palácio, Felício Leite, Israel Korc Marckowicz, Odilon Gomes, Júlio Carlos Reguly, Carlos Alberto Cuello Lopes, Jorge da Cunha Amaral, Wander Lopes Valente, Joaber Pereira Júnior, Fúlvio Chimisso, Carmen Helena Braz Mirco, Luiz Carlos de Mello Esperon, Airton da Silva Varela, Mario dos Santos, Rosa Maria Fernandes de Albernaz, Manuel Joaquim Pimentel, Luiz Athayde da Silva Kauer, Hélio Mirapalheta Gomes, Iara Gonçalves Vignoli, Suzana Sperry, Dulce Helena Meirelles Leite, Hedy C. Heckler, Orlando Macedo Fernandes, Zilá Nunes, Solange Grafulha Leitão, Eunice Gomes Nunes, Carmen Virgínia de la Torre, Luiz Gonzaga Cardoso Dora, Sonia Regina Lima, Edwin Ramon Castro Rivera, Paulo Henrique Salvany, Adyr Bonfiglio Olinto, Carlos Alberto Dionello e Abel Dourado. Iniciada a reunião, o Sr. Presidente, de imediato, colocou em discussão, a aprovação do Balanço Orçamentário e Patrimonial de 1977, que fazia parte da Ordem do Dia. Examinados os resultados, o Sr. Chefe da Divisão de Contabilidade salientou - que o superavit verificado, deveu-se a previsão da chegada do Navio Oceanográfico "Atlântico Sul", aguardado para o ano próximo passado, e que na realidade, não aconteceu, motivo pelo qual, as verbas decorrentes de diversos convênios para aplicação naquela embarcação, não foram liberadas, surgindo, dessa forma, a consequente receita maior que a despesa. Após a verificação procedida, o Conselho Universitário deliberou em aprovar, por unanimidade, os Balanços Patrimonial e Orçamentário, os quais seguirão a nexos ao Relatório de Atividades da FURG de 1977, para verificação da Inspetoria Geral de Finanças do MEC.-----



Ministério da Educação e Cultura  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

Com referência ao mês de março, o Prof. Bernardelli alertou que se propunha no calendário uma data para serem feitas as revisões de constituição dos colegiados dos departamentos e das Comissões de curso. Fixando-se desta maneira, que somente uma vez por ano estas constituições seriam modificadas em função de alterações do nº de docentes no departamento, no decorrer do ano, no caso dos colegiados do departamento, ou em função de alteração decorrente de verificação do currículo de curso, na proporcionalidade de representantes dos departamentos no caso das Comissões de curso. O Prof. Weber ressaltou, que ficasse também estabelecido a questão dos mandatos nos colegiados de departamento e nas comissões de curso. O Prof. Bernardelli colocou que a proposta era <sup>que</sup> os mandatos em função da data estabelecida para revisão de constituição, seriam estabelecidos de acordo com o Estatuto e RGU da URG, e que quando por impedimento do docente eleito houvesse substituição, esta seria feita para cumprir o mandato do docente substituído, desta forma os mandatos dos eleitos para o colegiado de departamento e Comissões de curso exigirão que se façam eleições apenas uma vez ao ano. Colocada em votação foi aprovado a proposta de regulamentação da revisão da constituição dos colegiados de departamento e das Comissões de curso, e de fixação dos mandatos dos docentes eleitos, sendo aprovada também a data de dezessete de março, no calendário escolar, para revisão das constituições.-----



Ministério da Educação e Cultura  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

Rio Grande, 04 de julho de 1979.

Magnífico Reitor.

*As fundações para  
esses "côns  
Heros" aos  
membros do  
COPERE da  
Univ. do Rio Grande*  
16/08/79  
S. Silva

Em anexo, passamos às mãos <sup>de Vossa</sup> Magnificência o esboço-sugestão das "Normas Para Aplicação do Regime de Trabalho em Dedicação Exclusiva", atendendo in cum bência atribuída a essa COPERE pelo Colendo Conselho Universitário desta Instituição.

Inteiramente subordinado aos vigen-tes preceitos regimentais, o trabalho ora apresentado busca, em matéria administrativa, estreitar a efetiva participação dos órgãos de consulta e deliberação desta Universidade, de modo que Conselho Departamental e Colegiados de Departamen-tos integrem-se como partes complementares entre si de uma estrutura que deve se tornar cada vez mais dinâmica e atuan-te.

De outra parte, não apenas como pon-to de referência para avaliação de resultados, mas também - como indispensável instrumento de informação às programações organentárias, reconheceu a Comissão - e por unanimidade - ser de inestimável importância a elaboração dos planos de a-tividades recomendados pelo art. 30, letra "b" do Regimento Geral, fixando sobre sua aprovação, os critérios básicos pa-ra toda e qualquer decisão sobre o assunto.

Prontos para os esclarecimentos -  
que se fizerem necessários, esperamos haver cumprido nossa  
obrigação.

Atenciosamente

*[Handwritten Signature]*  
Prof. Nélcio Mirafalota Gomes  
- Presidente -

Ao  
Prof. FERNANDO IGLES RODRIGUES  
RD. Reitor da Fundação Universidade do Rio Grande  
Flórida



Ministério da Educação e Cultura  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

## NORMAS PARA APLICAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO EM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Primeiro - Além do estabelecido no art. 149 e alíneas do Regimento Geral da Universidade, entender-se-á por dedicação exclusiva a plena disponibilidade do docente para o efetivo desempenho dos encargos inerentes ao seu regime de trabalho. ✓

Segundo - Nos limites dos recursos orçamentários previstos pelo art. 152 do R.G.U., o regime de dedicação exclusiva poderá ser concedido ao docente que:

- a) - Obtenha do Colegiado homologação de seu programa de atividades de ensino e/ou pesquisa e/ou extensão, de acordo com o Plano Geral aprovado para o Departamento;
- b) - Ocupar cargo ou função de administração que, por suas características e a critério do Conselho Departamental, se identifique com os objetivos deste regime. ✓

Terceiro - Os pedidos para concessão deste regime deverão ser formalizados, individualmente e por escrito, ao Departamento a que o docente pertencer.

Parágrafo único - Os docentes enquadrados na alínea "b" do art. 2º destas normas, que ocupem cargos ou funções não especificadas pelo Conselho Departamental, deverão formalizar seus pedidos à Reitoria. ✓

Quarto - Os pedidos serão, a seguir, enviados à CCPERT que somente os examinará se:

- a) - Apresentados nos prazos fixados no Calendário Ad



Ministério da Educação e Cultura  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

ministrativo, exceto no caso de substituição em virtude de suspensão ou cancelamento, como previsto nos artigos sexto e sétimo das presentes normas;

- b) - Estiverem instruídos com cópias do programa de atividades a serem desenvolvidas e da ata da reunião do Colegiado que o homologou ou contenham Parecer da Reitoria, no caso do parágrafo único do artigo 3º destas normas.

Parágrafo único - Dentro do prazo também previsto no Calendário Administrativo, deverá a COPERT encaminhar ao Reitor seu pronunciamento sobre os pedidos de concessão, examinados. ✓

Quinto - Este regime vigorará por tempo determinado, a critério da COPERT, e o prazo de duração de cada concessão dependerá:

- a) - Do programa de atividades homologado pelo Colegiado do Departamento quando se tratar de docentes enquadrados na alínea "a" do artigo 2º das presentes normas;
- b) - Do tempo de duração do cargo ou função quando se tratar de docentes enquadrados na alínea "b" do artigo 2º das presentes normas. ✓

Sexto - Por iniciativa da Chefia do Departamento, ouvido seu respectivo Colegiado, este regime poderá ter sua vigência suspensa:

- a) - Por inobservância do estabelecido no art. 149 do R.G.U. e/ou artigo 1º destas normas;
- b) - Pelo não cumprimento de tarefas capazes de causar ao programa um atraso superior a 6 (seis) meses. ✓



Ministério da Educação e Cultura  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

- Sétimo - Por solicitação escrita do docente e devidamente homologada pelo Colegiado do seu Departamento, este regime será cancelado antes de decorrido o prazo fixado para a sua duração. ✓
- Oitavo - A suspensão ou cancelamento que, a juízo do Colegiado, prejudicar o normal cumprimento do Plano Geral aprovado para o Departamento, independentemente de outra penalidade disciplinar, impedirá que o docente possa obter novamente este regime. ✓
- Nono - Caberá ao Departamento solicitar, se necessário, a substituição do docente que teve seu regime suspenso ou cancelado, procedendo de acordo com o artigo 4º destas normas.
- Parágrafo único - A vigência do regime concedido ao substituto não excederá o prazo de duração fixado para o regime concedido ao docente substituído. ✓
- Décimo - Com o parecer favorável do Colegiado e a critério da COBERT, este regime poderá ser prorrogado a fim de possibilitar o cumprimento das atividades programadas. ✓
- Décimo Primeiro - Os docentes que atualmente se encontram neste regime permanecerão no mesmo até a data de publicação, pela Reitoria, da relação de docentes em regime de dedicação exclusiva para 1980.
- Parágrafo único - Os docentes interessados em permanecer neste regime, deverão apresentar pedido para 1980, de acordo com o estabelecido nestas normas. ✓

Rio Grande, 03 de julho de 1979.



Ministério da Educação e Cultura  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE  
SUB-REITORIA DE ENSINO E PESQUISA  
COMISSÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS

CRITÉRIOS MAL FORMULADOS,

DIVERSIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS,

MASSA DE ALUNOS EM DETERMINADAS DISCIPLINAS,

é que prejudicam o SISTEMA.

O QUE OS ALUNOS QUEREM É A MUDANÇA DE SISTEMA.

*Dr. Reinelles Beite*